

REVOLUÇÃO BRASILEIRA: MULHERES E ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA NACIONAL

REVOLUCIÓN BRASILEÑA: MUJERES Y ESTRATEGIA DEMOCRÁTICA NACIONAL

BRAZILIAN REVOLUTION: WOMEN AND NATIONAL DEMOCRATIC STRATEGY

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.56369>

Patrícia Carla da Costa Tavares¹

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir sobre a luta das mulheres no Brasil. Especificamente, trazer alguns resgates sobre a participação política das mulheres proletárias entre as décadas de 1930 ao golpe militar de 1964, contexto da vigência, no campo da esquerda, da estratégia democrática nacional. O texto divide-se em três momentos: discussão da estratégia; resgate de algumas organizações políticas femininas e, por fim, uma análise da participação das mulheres na formulação e na luta pela realização da EDN.

Palavras-chave: Revolução. Mulheres. Feminismo. Estratégia. Programa democrático nacional.

Resumen: El objetivo de este artículo es discutir la lucha de las mujeres en Brasil. Específicamente, traer algunas ideas sobre la participación política de las mujeres proletarias entre los años 1930 y el golpe militar de 1964, el contexto de vigencia, en el campo de la izquierda, de la estrategia democrática nacional. El texto se divide en tres momentos: discusión de la estrategia; rescate de algunas organizaciones políticas femeninas y, finalmente, un análisis de la participación de las mujeres en la formulación y lucha por la realización de la EDN.

Palabras clave: Revolución. Mujer. Feminismo. Estrategia. Programa democrático nacional.

Abstract: The objective of this article is to discuss the struggle of women in Brazil. Specifically, bring some ideas about the political participation of proletarian women between the years 1930 and the military coup of 1964, the context of validity, in the field of the national democratic strategy. The text is divided into three moments: discussion of strategy; rescue of some women's political organizations and, finally, an analysis of the participation of women in the formulation and fight for the realization of the EDN.

Keywords: Revolution. Women. Feminism. Strategy. National democratic program.

Introdução

Nas produções teórico-políticas sobre o movimento feminista predomina uma perspectiva de análise em que os contextos históricos são apresentados como “ondas”. As discussões sobre estas ondas do movimento feminista, que seriam três, centralizam o debate em torno da segunda e da terceira onda, que emergiram pelos fins da década de 1960 e início da década de 1980 respectivamente.

Apesar das contribuições e de sua popularização, essa abordagem apresenta limitações, operando um apagamento da atuação política das mulheres operárias no tempo descrito como primeira onda feminista. Há também uma simplificação da atuação política das mulheres, pois é vinculada quase exclusivamente à luta pelo voto e à possibilidade de atuar na esfera do Estado, lutas associadas às mulheres da pequena burguesia e da burguesia no período.

Esse apagamento se deve também ao fato de que essa atuação esteve diretamente vinculada ao movimento operário sob a direção anarquista, em um primeiro momento e pelo movimento comunista posteriormente. Constata-se, portanto, com base na literatura, que foi no chão das fábricas, organizadas nos sindicatos, nas organizações anarquistas e no partido comunista que as mulheres proletárias tiveram condições de iniciar sua atuação política.

Refletindo sobre estes fatos, Montenegro (1985, p. 9) diz: “E essas lutas têm história. No entanto, como referência à história dessas lutas há uma tendência (ou propósito?) de filtrá-las nos escoadouros das aparências, surgindo, então, as omissões e os erros que distorcem e até negam sua essência”.

Pelos limites deste artigo, estas críticas não serão analisadas. O objetivo do texto consiste em resgatar alguns exemplos da participação política das mulheres proletárias na conjuntura em que se convencionou como primeira onda feminista, especificamente nos fins de 1930 até o início da década de 1960; mostrar as relações entre a agenda dessas organizações e o projeto político da esquerda e o lugar da mulher na construção desse projeto. A prioridade a essas décadas tem razão na vigência da estratégia democrática nacional, formulada pelo Partido Comunista Brasileiro²- PCB, maior força política de esquerda e que, como pretende-se demonstrar, orientou a atuação política do movimento feminino.

Objetiva-se apresentar a atuação das mulheres proletárias dentro de algumas organizações políticas, tais como a Federação de Mulheres Brasileiras - FMB, cujas filiais eram organizações de base e também pela análise de algumas edições do jornal “O Momento Feminino”³, dirigido pelas comunistas do PCB, com a contribuição de mulheres diversas, desde que alinhadas à perspectiva do progresso nacional e feminino.

A partir da análise de algumas edições do jornal “Novos Rumos”⁴, no espaço reservado à tribuna de debates preparatórios para o V Congresso do PCB, buscamos encontrar possíveis contribuições teóricas das mulheres comunistas no que se refere aos debates da formulação da linha política da EDN.

Considera-se importante ressaltar que, ainda que parte do movimento de mulheres, naquela época, especificamente as operárias, rejeitasse o termo feminista e se intitulasse de movimento feminino, sua prática política, determinada pela luta por melhores condições de vida e pela libertação da exploração de todos os indivíduos, era, de fato, feminista, mais especificamente feminista classista.

Nas últimas décadas o movimento produziu importantes reflexões no que se refere à diversidade de concepções teóricas e políticas existentes dentro do movimento, o que o torna um complexo objeto de análise. Contudo, dada a rejeição que as proletárias tinham em relação ao termo feminismo, este é anacrônico para nomear o movimento de mulheres proletárias da época.

Por fim, o texto pretende demonstrar que, a atuação política das mulheres proletárias foi norteadada por uma interpretação da realidade que deu luz à EDN. Assim, essa interpretação permitiu a construção de uma perspectiva que influenciou o movimento de mulheres até o golpe militar de 1964, fato histórico que demonstrou o fracasso desse caminho em solucionar os problemas do proletariado brasileiro.

Estratégia democrática Nacional: formulação e controvérsias

Pode-se dizer, com base na história brasileira, que da década de 1920 até a década de 1960 um dos grandes temas, se não o maior tema de discussão da intelectualidade foi a problemática da revolução brasileira. Questão central para marxistas, mas também para aqueles que, não sendo marxistas, entendiam a necessidade de transformações econômico-sociais e políticas que acelerassem o desenvolvimento brasileiro, indiscutivelmente aquém dos países centrais.

A partir de 1950 verificou-se consideráveis modificações socioeconômicas em razão da criação de um parque industrial. O progresso capitalista na agricultura também apresentou importantes avanços. Contudo, o desenvolvimento acontecia na mesma medida em que permanecia intocada a estrutura agrária do latifúndio. Além disso, os grandes monopólios, sobretudo estadunidenses, ampliavam seu poder de participação em setores estratégicos da produção e circulação. Desse movimento as massas populares pouco se beneficiavam.

Sabemos que o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três- quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda. As grandes massas que trabalham nos campos, e constituem a maioria da população brasileira, praticamente nenhum benefício auferiram desse desenvolvimento. (FURTADO, 1962, p. 14)

O cotidiano do povo trabalhador era atravessado por inúmeros problemas. Alimentação precária, transportes de baixa qualidade, pouco ou nenhum acesso a saúde, altos índices de analfabetismo, condições de moradia indignas, com o crescimento das favelas e a falta de saneamento básico. O desenvolvimento econômico não alterava a situação de empobrecimento dos/as trabalhadores/as.

No campo, o latifúndio concentrava a maior parte das terras agricultáveis. Uma parte da população rural não dispunha de quantitativo de terras que garantissem o mínimo de sobrevivência. Outra parte não dispunha de terras e precisava vender sua força de trabalho, prestando serviços nas

terras alheias. A grande quantidade de trabalhadores/as rurais se encontrava, portanto, sujeita a longas jornadas de trabalho e a um baixíssimo padrão de vida e consumo.

É no acirramento de todas essas contradições que se encontram as justificativas para a revolução brasileira. Dos marxistas, comunistas aos democratas e nacionalistas, todos concordavam com a necessidade de mudanças que elevassem o Brasil da condição de dependência em que se encontrava.

Ao longo do século XX, a discussão sobre a revolução e sobre o seu caráter teve como fundamento um conjunto de reflexões sobre a realidade brasileira. A natureza do capitalismo, as potencialidades de uma soberania econômica para o país, a estrutura agrária, o abastecimento do mercado interno, as relações internacionais, o campesinato e o proletariado na cena política foram elementos dessas discussões.

A análise correta da totalidade social é o fundamento para a elaboração de uma estratégia e tática também correta, adequada às possibilidades históricas do país. No plano político, formulada a estratégia, cabe aos instrumentos de luta do proletariado executar, na prática cotidiana, a tática e seus desdobramentos. Por isso, para o resgate da luta das mulheres proletárias na primeira metade do século XX é necessário apreender a leitura teórica feita daquele momento e sua respectiva proposta política de transformação.

Mesmo com interpretações diferentes, era consensual entre os intelectuais a necessidade de uma revolução no Brasil. Essas interpretações se alinhavam a outras semelhantes em países da América Latina e também refletiam fortemente as formulações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL⁵. No plano político-organizativo, a defesa da revolução no Brasil chegava pelas orientações do Comintern⁶.

Essas mudanças aconteceriam pela execução de reformas e pela constituição de normativas que possibilitasse o desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro, protegendo os interesses nacionais do poder de interferência dos grandes monopólios estadunidenses.

Na discussão política, as divergências apareciam na hora de definir o caráter dessa revolução e da tática. Questionamentos como, que segmentos seriam aliados; quais grupos pertenciam a burguesia nacional; o comportamento vacilante desta; caracterização das etapas; a relação da revolução com o socialismo, entre outras. Essas divergências indicavam que a leitura da realidade era complexa e exigia um esforço profundo de investigação. Ainda que a defesa da revolução fosse hegemônica, seu caráter e as tarefas para sua realização não eram consensuais, o que fez com que essas disputas de ideias passassem a ser reconhecidas como “controvérsias da revolução brasileira”.

O PCB, ainda que tenha atravessado muitos anos de ilegalidade, foi a maior força de esquerda proletária do Brasil⁷ até o golpe de 1964. Constituiu uma grande estrutura jornalística para as tarefas de agitação e propaganda. Além da grande capacidade de mobilização, acolhia em suas fileiras quantidade considerável de intelectuais orgânicos, compartilhando a tarefa de analisar a situação

econômica, social e política do país, para assim delinearem um “diagnóstico” correto e suficiente para que o partido pudesse traçar suas tarefas frente a questão da revolução.

A direção nacional do PCB, ainda que com divergências e críticas constantes de militantes das bases, formulou o que seriam os elementos fundamentais da estrutura econômico-social brasileira e os desdobramentos políticos referentes a esses elementos.

De acordo com o partido, o capitalismo brasileiro estava em desenvolvimento, mas a existência de relações semifeudais no campo dificultava esse processo. Além disso, o desenvolvimento autônomo do capital estava impedido pelos interesses imperialistas de manter o país na condição de dependência, o que interferia nos anseios de uma parcela da burguesia, nomeada de “nacional”, que disputava espaço e poder com as classes dominantes estrangeiras.

Nesse sentido, a análise direcionava para: 1) a necessidade de transformações na estrutura econômica-política do país; 2) na existência de relações semifeudais no campo; 3) na existência de uma burguesia progressista com interesses no desenvolvimento autônomo e 4) no imperialismo como entrave do desenvolvimento capitalista.

O PCB, dessa forma, passou a defender a chamada Estratégia democrática nacional – EDN⁸. Ela indicava que o caminho da revolução no Brasil necessitava da participação de alguns segmentos da classe burguesa e que era necessário a superação das relações semifeudais no campo e o rompimento com os grandes monopólios que dominavam áreas estratégicas do país.

Em 1948, o dirigente comunista e um dos fundadores do PCB Astrojildo Pereira discute em “Saída para a situação brasileira”, a necessidade de liquidar os supostos restos feudais que impediam os progressos econômicos.

Os países economicamente atrasados e dependentes, do tipo do Brasil, necessitam, primeiro, liquidar o que ainda resta, no conjunto de sua economia, de modos pré-capitalistas de produção, eliminando, do mesmo passo, a dominação que sobre eles exerce o capital estrangeiro colonizador. Com a liquidação simultânea dos entraves internos e externos, acreditamos que a nossa economia poderá realizar enormes e rápidos progressos, que nos colocarão a par dos países capitalistas mais atrasados. (PEREIRA, PERICÁS, 2019, p. 137)

Eliminar as relações feudais permitiria um avanço no desenvolvimento do capitalismo, tornando a burguesia classe dominante soberana capaz de empreender, a partir de reformas, as mudanças necessárias para o desenvolvimento autônomo do Brasil, rompendo assim com a dependência do imperialismo. Além disso, defendiam que os resquícios feudais eram responsáveis pelos níveis degradantes de exploração dos/as trabalhadores/as do campo. Na citação de Astrojildo encontramos uma síntese do que foi a interpretação da direção nacional do PCB nas primeiras décadas do século XX.

Segundo essa interpretação, a revolução democrático-burguesa seria necessária tanto para o desenvolvimento do país, que naquele momento se encontrava indiscutivelmente aquém de possibilitar

acesso ao mínimo necessário às grandes massas, quanto para gestar as condições que a transição socialista exige para ser realizada.

Um marco histórico da vida política do PCB e da sua EDN é uma formulação sintetizada no famoso documento “Declaração sobre a política do PCB”, conhecida como declaração de março de 1958. O partido vivenciava uma crise política, relacionada a crise do comunismo internacional, especificamente aos acontecimentos do XX congresso do PCUS. Internamente, a situação exigia a busca pela unidade do partido, que estava fragilizada pelas disputas com uma corrente de militantes alinhadas ao stalinismo⁹.

Esse documento é importante porque marca uma “virada” à direita, uma mudança na tática. O PCB reconhece o desenvolvimento capitalista no Brasil, fato evidente em razão da criação de parques industriais. Nesse sentido, se o capitalismo está em desenvolvimento, faz-se necessário somar forças para superar quaisquer elementos que atrapalhem esse processo. Esses elementos eram os resquícios feudais e as interferências do capital estadunidense, na visão do partido.

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução destas duas contradições fundamentais. (DECLARAÇÃO [...], 1958, p. 5)

A mudança da tática se expressa na defesa de um caminho pacífico para o socialismo, a partir da realização de reformas que, gradativamente, aprofundariam a democracia. Essa possibilidade era justificada pelo cenário internacional, em que muitos países chamados socialistas não precisaram realizar a revolução e eram vistos como referências das novas possibilidades de luta política.

[...] O socialismo ultrapassou os marcos de um só país e se transformou num sistema mundial vigoroso e florescente, que exerce influência positiva na evolução política e social de todos os povos. São enormes os êxitos econômicos e culturais dos países socialistas [...]. As modificações na arena internacional criam condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países. (DECLARAÇÃO [...], 1958, p. 6)

Um elemento basilar da nova tática foi a frente única. Considerando o caminho pacífico, hierarquizando as contradições e elegendo como tarefa principal a luta da nação contra o imperialismo, o partido definiu a frente como instrumento capaz de realizar o enfrentamento com o monopólio estadunidense. Seria constituída de todas as frações de classe beneficiadas com a soberania nacional, incluindo segmentos da burguesia e do latifúndio.

As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano [...]. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses

gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apoia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano [...]. (DECLARAÇÃO [...], 1958, p. 6)

Estes eram os principais elementos que marcaram a EDN, reveladores de uma concepção etapista de revolução. A transição socialista só poderia ser realizada após a etapa democrática nacional, que colocaria fim aos restos feudais e ao poder dos monopólios estrangeiros sobre a economia do país. A transição pacífica, que incorporava a luta pela paz e a frente única antifeudal e anti-imperialista, colocava parte da burguesia e do latifúndio como aliados dos trabalhadores/as e camponeses.

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira. (DECLARAÇÃO [...], 1958, p. 6)

A realização das reformas de base, que direcionava parte importante da atuação do partido, era defendida por grande parte da intelectualidade, ainda que estes/as não concordassem com a leitura da realidade pecebista. Elas eram um elemento fundamental do receituário nacional desenvolvimentista.

A constituição de uma verdadeira soberania nacional passavam pela realização da reforma agrária, fiscal, universitária, eleitoral, administrativa, bancária e constitucional. Por serem reformas, elas marcariam uma transformação de natureza qualitativa. Segundo Furtado (1962, p. 38) somente as transformações de natureza qualitativa permitem um avanço na resolução dos problemas estruturais do país.

Em face de urna estrutura pouco diferenciada, de um sistema com reduzido grau de integração, a técnica de política quantitativa apresenta limitado alcance prático. As mudanças qualitativas têm, neste caso, grande significação. [...] A política de desenvolvimento que se requer em um país subdesenvolvido é, principalmente, de natureza qualitativa: exige um conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise econômica convencional.

Nos debates internos, mesmo entre aqueles que concordavam com a EDN, havia muitos debates sobre a questão das etapas. Alberto Passos Guimarães, por exemplo, era presença constante na tribuna de debates ao V Congresso do PCB tecendo críticas às teses e, especificamente, as contribuições do dirigente nacional Jacob Gorender. Em uma das contribuições à tribuna, ele faz a seguinte provocação:

O principal objetivo do meu artigo foi chamar a atenção para a duplicidade de posições introduzidas nas “teses” (duas estratégias numa só etapa) e tornar evidente

que, se não for claramente delimitada a passagem do governo nacionalista e democrático “conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente” (tese 32) (governo que para mim corresponde a uma etapa histórica ou estratégica) para o “poder das forças anti-imperialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado” (tese 33) (que para mim corresponde a outra etapa histórica estratégica), não será possível ter clareza e segurança sobre a linha programática e tática que os comunistas brasileiros devem seguir para trilhar o caminho do socialismo. (GUIMARÃES, 1960, p. 13)

Constata-se que a leitura apresentada pela direção nacional não convenceu a todos os/as militantes. Havia muitas e profundas críticas às teses do PCB tanto por militantes quanto por intelectuais de fora das fileiras. Este fato evidencia que, ainda que tivessem grande capacidade de mobilização, os/as comunistas, pela incapacidade de elaborar uma análise amplamente aceita pela intelectualidade do campo, executaram uma política inconsistente. Como dito pelo dirigente comunista Palmiro Togliatti, quem erra na análise, erra na ação.

Outro intelectual que polemizou com às teses do PCB foi Caio Prado Junior, militante do partido. Caio criticou amplamente a ideia de resquícios feudais, afirmando que essa concepção era uma incorporação de elementos alheios à nossa realidade em função da adoção acrítica de modelos de análise dos países centrais.

Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida a priori, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. [...] Presumiu-se desde logo, e sem maior indagação, que no Brasil o capitalismo foi precedido de uma fase feudal, e que os restos dessa fase ainda se encontravam presentes na época atual. E partiu-se dessa presunção para ir à procura, nas instituições vigentes, de alguma coincidência entre os fatos observados e o esquema presumido. (PRADO JR., 2014, local. 38-40)

Essa discordância se explica no fato de que a economia brasileira desde o início se realizou na produção mercantil voltada para o mercado exterior. É justamente no campo que as relações de produção capitalistas se desenvolvem e criam, posteriormente, as condições para a diversificação da economia com o desenvolvimento industrial. Portanto, nunca houve resquícios feudais.

A existência da parceria (o produto do trabalho é parte da remuneração), do cambão (prestação de serviços em troca da ocupação da terra) e do barracão (fornecimento de gêneros aos trabalhadores a preços altos) fizeram com que muitos pensadores enxergassem neles resquícios feudais. Mas estes eram apenas expressões da superexploração do trabalho no campo. (PRADO JR., 2014)

A discordância da existência de relações feudais já nortearia considerações de ordem tática diferentes. A dialética das contradições tendia a uma atenção crítica maior quanto a política de alianças. O pensador defendeu, em crítica as teses, que a atuação deveria se voltar, em grande medida, para a luta do proletariado e de sua independência política.

[...] a orientação do P. não há de se encontrar na política de alianças e que embora essa política não deva ser subestimada, ela passa a um segundo plano, devendo se acentuar a ação do P. em primeiro e principal lugar, naquilo que nas teses figura subordinadamente em plano secundário, a saber, na luta de classe do proletariado.

[...] Na medida em que essa luta, no plano da política em geral, tomar uma direção acertada e propuser adequadamente os objetivos da revolução agrária e nacional, para ela afluirão, e com ela colaborarão nos seus diferentes momentos, todas as forças políticas, as burguesas inclusive, que encontrarem alguma coincidência de interesse com os objetivos propostos em cada qual daqueles sucessivos momentos. (PRADOJR., 1960, p. 13).

Caio Prado também teceu críticas as tentativas do partido e dos demais intelectuais em definir uma classificação da revolução. Essa qualificação, segundo ele, só poderia ser feita, com veracidade dos fatos, posteriormente aos seus desdobramentos.

A qualificação a ser dada a uma revolução somente é possível depois de determinados os fatos que a constituem, isto é, depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificarão no curso da mesma revolução. Ora, é precisamente dessas reformas e transformações que se trata. E uma vez determinadas quais sejam — o que somente é possível com a análise dos fatos ocorrentes, passados e presentes —, terá um interesse secundário (pelo menos imediato e para os fins práticos que são o que realmente no momento interessa) saber se a qualificação e classificação conveniente é esta ou aquela. (PRADO JR., 2014, local. 17).

A Classificação do tipo de revolução tinha bastante referência nas determinações da Internacional Comunista. Segundo Pericás (2019) nos documentos da Internacional o Brasil constava na lista dos países coloniais, semi-coloniais e dependentes, que se particularizavam pela predominância de elementos feudo-medievais nas relações de produção e, por essa razão, a luta comunista se fazia anti-imperialista, direcionada para a eliminação das formas pré-capitalistas e para a autonomia nacional.

Prado Junior também teceu comentários críticos sobre o Comintern, evidenciando que a organização pouco se deteve a conhecer a realidade brasileira. Mesmo assim, formulou o que seriam os elementos característicos da realidade nacional e as etapas a serem conduzidas pelo movimento comunista.

[...]no organismo que se incumbiria da elaboração da teoria e da linha revolucionária na América do Sul, o chamado Bureau SulAmericano da Internacional Comunista, com sede em Montevidéu, a predominância era decididamente do elemento hispano-americano, e nada ou muito pouco se sabia aí de coisas brasileiras. Os documentos publicados pelo Bureau (note-se de passagem que o eram sempre em espanhol, e não sabemos de nenhum em português) evidenciam o mais completo desconhecimento do Brasil, e chega-se a pensar que não colaboraram nele representantes brasileiros. (PRADO JR., 2014, local. 43-44)

Outro intelectual que criticou a questão dos modelos de revolução foi Alberto Guerreiro Ramos. Ele enfatizou que é apenas no terreno da realidade concreta, no desenrolar dos fatos que se é possível tecer alguma definição. Logo, não existe modelo pré- estabelecido, caracterizado antes mesmo de acontecer.

A revolução é movimento consciente que visa a efetivar uma possibilidade objetiva e esta só pode ser conhecida concreta e objetivamente enquanto situada numa totalidade. Por isso não há modelos uniformes de revolução. Cada uma é questão específica. Na realidade social, há mil e uma combinações de fatores, e um projeto revolucionário que num momento seria insensato, noutra momento pode torná-lo perfeitamente viável, o elo mais fraco de uma cadeia de circunstâncias. (RAMOS, 1963, p. 38)

Estes apontamentos se alinhavam com as análises críticas desse pensador sobre o marxismo leninismo. Foram as formulações da Internacional que estabeleceram modelos de revolução aos países do mundo, de acordo com as caracterizações que a própria organização realizava, e que segundo Caio Prado, eram bastante questionáveis.

Foi da natureza do marxismo leninismo a incorporação acrítica desses modelos pelos partidos comunistas. O PCB, maior força de esquerda, tinha como referência conceituações totalmente alheias à complexidade da questão nacional brasileira.

A institucionalização da teoria social de Marx e Engels resultou necessariamente numa degenerescência: o marxismo-leninismo, doutrina que se caracteriza não pelo conteúdo, mas "de maneira unicamente formal". O marxista leninista não dá importância às questões de conteúdo. O que lhe importa é pôr-se de acôr.do com a interpretação oficial do Ofício Supremo. (RAMOS, 1963, p. 102).

No cerne de sua crítica, o autor demonstrava que a linha marxista leninista substituiu a análise da totalidade pelo critério político. As formulações equivocadas pareciam feitas apenas para justificar as etapas de revolução definidas pelo Comintern.

O marxismo-leninismo é uma corruptela filosófica, adrede criado, a fim de paralisar a crítica do regime soviético, ou a discussão livre de suas debilidades. Não é propriamente sistema filosófico. É técnica sofisticada de argumentação em que se substitui, na avaliação da objetividade, da verdade e da exatidão, o critério racional pelo critério político, a razão, simplesmente, pela razão de Estado. (RAMOS, 1963, p. 89)

O PCB foi alvo de muitas e acertadas críticas. A leitura da realidade se mostrou equivocada enquanto a crise do capitalismo se aprofundava. Em abril de 1964 as forças armadas assumem o poder com um golpe e tomam para si a tarefa de resolver a crise de interesses entre burguesia industrial e a classe latifundiária, que nada mais era do que expressão de uma crise referente à interferência do imperialismo na economia brasileira. A deflagração do golpe e seus desdobramentos se configuraram como uma prova histórica do fracasso da EDN e da leitura errônea da realidade que os/as comunistas defenderam.

A burguesia nacional e os setores do latifúndio que apareciam nas teses do PCB como aliados, mostraram na prática não ter qualquer interesse em lutar junto do proletariado contra o imperialismo, do qual se mostraram completamente articulados. As disputas entre as classes dominantes são parte constituinte do sistema capitalista e não significam, na realidade latino-americana, apoio e unidade com os explorados e oprimidos.

Marini (2017) oferece contribuições importantes para elucidar a conjuntura pós-golpe. Suas conceituações, entre as quais a superexploração do trabalho e o Subimperialismo, oferecem chaves importantes para o entendimento a respeito do fracasso da EDN e da particularidade do capitalismo brasileiro. A tática da frente única, que unia burguesia e setores agroexportadores, no contexto de revolução foi um fracasso, uma vez que apesar da disputa por mais-valia, as classes dominantes sempre se unem contra o proletariado.

De acordo com Marini (2017) as alianças operário-burguesas são, no caso brasileiro, impraticáveis, uma vez que o interesse e a necessidade última da burguesia sempre será sua margem de lucro. Os operários são aqueles que mais fortemente dificultam isso tanto por serem de outra classe quanto por almejarem sempre melhores condições de vida que se traduzem na diminuição dos lucros burgueses.

Assim como outros pensadores, Marini também afirmou a problemática da estratégia etapista. A revolução por etapas evidencia uma concepção ideal de capitalismo, como se operasse da mesma forma em qualquer país, independentemente de sua formação econômico-social. Esse ideário leva a uma prática reformista.

Do mesmo modo que separa o momento tático do tempo estratégico e os vê como das etapas sucessivas, essa política distingue mecanicamente as formas de exploração contidas no sistema capitalista, denominando-as de feudais, capitalistas e imperialistas, de acordo com sua aparência. [...] agarra-se na abstração de um sistema capitalista puro num modelo ideal que não tem relação com nenhum sistema capitalista concreto existente, o que leva o reformismo novamente a distinguir etapas sucessivas naquilo que coexiste em um só tempo, desdobrando então seu plano de luta em vários tempos. Entre o equívoco teórico e o desvio prático existe uma simbiose, cujo resultado é deixar os velhos partidos comunistas caminhando a uma distância cada vez maior da linha que demarca o campo de ação revolucionária. (MARINI, 2017, p. 207)

Foi o desconhecimento da natureza da dependência brasileira que levou os/as comunistas à defenderem uma estratégia fadada ao fracasso. Ao contrário do que argumentavam, a dependência não era apenas uma forma de dominação da nação por forças externas, representadas pelo imperialismo e que, rompidas as relações de dominância com esses monopólios, o país estaria livre para operar um desenvolvimento autônomo.

Conforme Marini (2017), a dependência é a forma de ser do capitalismo brasileiro. É a condição em que se estrutura e se desenvolve o capitalismo no país. Ela determina o que permanece e o que é descartado a nível econômico e político e como se estabelecem as relações com o centro e entre as classes dominantes internas. Assim como a burguesia se apropria da mais-valia, os centros capitalistas também se apropriam da riqueza das nações, oferecendo, em troca, mecanismos desiguais de relacionamento.

A luta pela soberania nacional, justificadas pela EDN, é irrealizável dentro do capitalismo brasileiro. A burguesia no Brasil surge completamente dependente do apoio estrangeiro. Da sua forma de consolidação, precisa intensificar a exploração da riqueza para seu uso próprio e também para alimentar as relações desiguais com os monopólios estrangeiros. A classe dominante não deseja e nem possui condições de enfrentar o imperialismo.

[...] ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a

exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção. (MARINI, 2017, p. 157)

O enfrentamento da dependência exige a luta contra a burguesia, o setor agroexportador e o imperialismo, uma vez que todos esses elementos estão entrelaçados. Considerando que esta é uma realidade partilhada pelos países latino-americanos, a revolução nesta parte do continente tem o caráter indiscutivelmente socialista.

[...] a generalização da revolução latino americana tende a destruir os principais suportes de apoio do imperialismo, e sua vitória representará para este um golpe mortal. Esta é a responsabilidade histórica dos povos latino americanos e frente a ela não cabe outra atitude possível que não a prática revolucionária. (MARINI, 2017, p. 66)

Os desdobramentos do golpe militar se mostraram enquanto provas do fracasso da EDN em resolver os problemas fundamentais do proletariado. No entanto, até o fato acontecer, a revolução de caráter democrático nacional era agitada pelas massas, desejosas por reformas que elevassem seus padrões de vida e melhorassem suas condições de trabalho a partir do desenvolvimento nacional soberano.

Se tratando das mulheres, grupo social estruturalmente responsabilizado pela família, os filhos, o cuidado, a educação e tudo mais necessário à ordem social, o desfecho favorável da revolução significaria para a mulher, de todas as frações de classe do país, o acesso à direitos historicamente negados, e à possibilidade de libertação dos preconceitos de um Brasil subdesenvolvido e patriarcal. Para as proletárias, sobretudo as comunistas que tinham considerável inserção nas massas femininas, à revolução seria o início de mudanças importantes na vida das mulheres.

Mulheres Proletárias, Organizações Femininas e Luta Política

Em 09 de agosto de 1922, a partir da disposição de algumas mulheres, inclusive de fora do Brasil, e, sobretudo de Bertha Lutz, é criada a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, que congregava, sobretudo, mulheres das camadas abastadas da sociedade. A criação desta federação foi um marco histórico do movimento feminista no Brasil.

A federação tinha como um de seus objetivos auxiliar na conquista de direitos, inclusive trabalhistas, mas o conteúdo de classe da FBPF dificultou a participação das proletárias na organização e na direção dessa frente de luta. Sobre a FBPF:

As mulheres da FBPF faziam parte de um pequeno grupo de mulheres letradas, integradas nas camadas médias e alta da sociedade. Certamente, o lugar de classe condicionou suas ações. Apesar disso, elas estavam conscientes e comprometidas com determinadas mudanças. (ALVES, 2015, p. 42)

A FBPF, apesar de anunciar compromisso com várias reivindicações, não se apresentou concretamente como espaço de atuação das massas proletárias e não foi apenas pelo seu conteúdo de classe. A FBPF era entendida como uma organização feminista, no entanto, naquele momento, as

mulheres proletárias rejeitavam o termo feminista, pois estava vinculado a uma conduta política de oposição entre homens e mulheres, e também pela vinculação do termo com os movimentos de burguesas e pequeno-burguesas:

Do outro lado da arena política, também lutando por melhores condições de existência para o gênero feminino, tivemos as mulheres ligadas às esquerdas, a maioria reunida em torno do Partido Comunista do Brasil (PCB). A maior parte delas recusava a adjetivação feminista, provavelmente como uma estratégia de diferenciação em relação às mulheres que elas denominavam burguesas, ligadas a grupos políticos tradicionais. (ALVES, 2015, p. 43).

A FBPF representava uma perspectiva progressista de atuação, mas não existia nela nenhuma crítica às estruturas de classes da sociedade, e nenhuma indisposição em relação aos grupos tradicionais do poder, da qual muitas faziam parte. Mesmo que tenham apresentado algumas reivindicações, sua atuação se voltou fortemente para a luta em defesa do voto, restrita à institucionalidade. De acordo com Montenegro (1981) a FBPF estancou suas atividades logo depois da conquista do voto em 1932.

A inserção política das proletárias se deu dentro das organizações de classe, do campo da esquerda, como os partidos, sobretudo o PCB, os sindicatos, principalmente do setor têxtil que congregava majoritariamente mão de obra feminina. Além disso, diversas associações femininas foram criadas, ligadas a grupos anarquistas, de juventude, de bairro, e de setor de trabalho.

Em razão das duras condições de vida da classe trabalhadora, foram as lutas contra a carestia de vida, em geral, que recrutaram as mulheres. De acordo com Saffioti (2013) a luta dos movimentos femininos de “esquerda” se desenvolveu, precipuamente, em torno de acontecimentos políticos, contra a alta do custo de vida, mas apenas secundariamente em prol dos direitos da mulher.

Em 1935 é fundada a Aliança Nacional Libertadora - ANL, uma frente que, segundo Sodré (2010) organizava todas as forças democráticas na defesa do nacionalismo, na luta contra o fascismo e o imperialismo. Dentro da ANL também foram constituídas organizações de bases voltadas para a atuação política das mulheres, a exemplo da União Feminina do Brasil - UFB.

[...] a década de 1930 coloca uma extensa lista de mulheres no centro de atividades políticas bem definidas, como foi o caso de centenas de adesões à Aliança Nacional Libertadora. Entre as organizações de massa que dela faziam parte encontra-se o nome da União Feminina do Brasil. (MONTENEGRO, 1985, p. 18)

As mulheres atuaram massivamente para a construção da UFB¹⁰, dentro da ANL. Entretanto, em função da repressão, essas organizações foram perseguidas e dissolvidas por questões de segurança. Os comitês democráticos e populares, impulsionados pelo movimento comunista, tiveram peso significativo em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Estes espaços também contribuíram para a inserção política das mulheres nas lutas sociais, sobretudo denunciando a carestia de vida.

As orientações para a implantação dos Comitês Populares enfatizavam a importância de se realizar um trabalho junto às mulheres. De modo geral, as Comissões Democráticas dos bairros da capital baiana procuravam incentivar a participação feminina. Em decorrência dos papéis sociais que lhes couberam ao

longo da história, eram as mulheres que tinham maior conhecimento de causa para denunciar a carestia de vida, a falta de escolas, entre outros problemas apontados com maior frequência pelos Comitês. (SILVA, 2012, p. 65)

As mulheres, por serem responsabilizadas pela família e pelo trabalho doméstico, se inseriram na denúncia da carestia de vida, da mortalidade infantil, pelo acesso à saúde, educação, creches, pela paz e por oportunidades dignas de desenvolvimento da mulher, pelo acesso ao trabalho, aos direitos e à cultura.

A luta feminina ainda estava bastante associada à família, sintoma do próprio tempo histórico. A inserção em partidos, sindicatos e comitês, direcionaram o trabalho político feminino às bases, principalmente nos bairros, permitindo o desenvolvimento e amadurecimento da atuação política das mulheres e a reflexão sobre sua condição.

Embora as Uniões Femininas tenham cuidado dos problemas dos bairros, localmente, e de outros como o da carestia e do abastecimento, fazendo desses problemas, elas foram, no entanto, os canais que permitiram o encaminhamento, mais tarde, de outras atividades que tinham como centro a defesa dos direitos específicos da mulher. À medida que se iam estruturando, eram criadas as condições de mobilização que permitiram a organização da Federação de Mulheres do Brasil, de âmbito nacional. (MONTENEGRO, 1985, p. 23)

Em 1946 surge o Instituto Feminino do Serviço Construtivo - IFSC. Uma entidade criada com o objetivo de realizar a ligação entre as organizações femininas do Rio de Janeiro e de outros Estados do Brasil e, nesse processo, organizar um evento aberto à participação de todos os Estados para a construção de uma organização de mulheres a nível nacional (TIBIRIÇÁ, 1947).

Passados alguns anos de trabalho, a entidade deliberou pela organização da Conferência Nacional Feminina, em maio de 1949, no Rio de Janeiro e com participação de delegadas dos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. Evento significativo para o movimento de mulheres, considerando todas as dificuldades objetivas de organização e participação de um evento nacional naquele tempo. (ALVES, 2015).

Foi nesta conferência que se deu a criação da Federação de Mulheres Brasileiras - FMB. Montenegro (1985) menciona que, mesmo buscando em várias fontes - jornais, livros, documentos históricos, revistas, não encontrou dados sobre qualquer evento feminino no Brasil, de caráter nacional antes deste.

Essa federação, embora pouco conhecida do movimento feminista, foi fundamental para iniciar uma unificação a nível nacional das organizações femininas, auxiliando, de diversas formas, a criação de outras organizações de base, que se filiavam a ela e propagandeavam sua orientação e seu programa.

Entretanto, no processo de construção da Federação se evidenciou as disputas e conflitos inerentes aos processos políticos. A FMB foi impulsionada pelas comunistas, por isso, a partir da leitura marxista e do programa do PCB, que defendia a união de todos os grupos sociais, essa

orientação foi materializada pela FMB, que permitia a inserção de mulheres diversas, organizadas ou não em partidos, de operárias à mulheres letradas, desde que centralizadas pela linha da FMB:

O surgimento da Federação pode ser considerado um marco importante para a história do feminismo brasileiro. A Federação representou uma tentativa efetiva, empreendida pelas mulheres do PCB, de unir grupos femininos de todo o país em prol de um objetivo comum. Mas esta união não ocorreu de uma hora para outra, muito menos sem disputas, tensões e contradições, inerentes a qualquer processo histórico. O entendimento das estratégias e táticas das mulheres que se reuniram em torno da FMB só é possível com a análise dos caminhos trilhados, nas décadas anteriores, pelas mulheres brasileiras na luta pela emancipação. (ALVES, 2015, p. 27)

A FMB contribuiu com a organização e formação política de suas militantes e filiadas, promoveu cursos de formação técnica, organizou debates sobre problemas sociais, promoveu assembleias de discussão e deliberação, possibilitou a relação e articulação com organizações femininas de outros Estados do país e com organizações internacionais, tais como a Federação Internacional Democrática de Mulheres - FDIM, e com organizações de mulheres latino-americanas, possibilitou espaços de debate e discussão com os sindicatos, convenções de mulheres e lançou campanhas de assinaturas (MONTENEGRO, 1981).

Por meio da militância na FMB, as operárias e intelectuais, conseguiram construir nacionalmente a luta em defesa do progresso social e das mulheres, denunciando o subdesenvolvimento, o aumento dos preços dos alimentos, a precariedade de acesso à saúde e da educação e a posição subalterna em que era colocada à mulher.

Contudo, a representação da mulher nesse período estava fortemente ligada à família e à condição de mãe. O jornal dirigido pelas comunistas e que impulsionou a FMB, era nomeado “O Momento feminino: um jornal para o seu lar”.

Essa vinculação deve ser historicizada e compreendida a partir do contexto e da particularidade brasileira. O acesso à cultura, à literatura e à teoria marxista não era fácil às comunistas e proletárias da época. Às mulheres tinham pouquíssimas condições objetivas de refletir e formular teoricamente sobre sua condição. O modo de produção Capitalista, estruturado no racismo e no patriarcado, sempre dificultou, de forma objetiva e subjetiva, a inserção e a participação das mulheres nos espaços de produção do conhecimento, problemática ainda maior nos países dependentes.

No campo socialista, os debates sobre a condição feminina, o papel da família e sobre a libertação da mulher aconteciam, com a participação massiva das mulheres e com a contribuição teórica de grandes intelectuais e dirigentes, como Clara Zetkin e Alexandra Kolontai. Nos países centrais do capitalismo, desenvolvidos, existia uma facilidade maior para as mulheres de acesso às discussões e a literatura feminista. Discussões essenciais para o amadurecimento teórico e político que permita a reflexão crítica sobre o papel da mulher na família e na sociedade de classes.

A produção e a apropriação teórica das mulheres proletárias no Brasil sobre a condição da mulher, na primeira década do século XX, eram difíceis¹¹. Também existiam os equívocos teórico-

políticos do próprio movimento comunista, ao entender que a luta contra o anticomunismo exigiria a defesa da mulher e do homem como pessoas de família. De acordo com Alves (2015, p. 73) “Com o final da Segunda Guerra Mundial, que soprou os ares da democracia, os pecebistas adotaram a linha política de União Nacional e precisavam desvencilhar-se do estigma de destruidor da ‘moral’ e dos ‘bons costumes’”.

Por isso, essa vinculação da mulher à família, bem como o discurso associando a mulher à condição de esposa, mãe, cuidadora, reflete a tática do PCB principalmente na conjuntura de luta contra o fascismo brasileiro, na década de 1940. As forças conservadoras, bem como de orientação fascista, denunciavam às comunistas e lutadoras operárias como imorais, destruidoras da família.

A tática defendida pelos/as comunistas passou a ser a de vincular não só a mulher, mas também o homem comunista à família. Observamos que, nesse período, a prática política da FMB passa a incorporar elementos encontrados na linha da FBPF, assim como a FBPF incorpora traços da linha da FMB (ALVES, 2015).

A Estratégia Democrática Nacional na Luta das Mulheres

Um importante espaço de construção teórica da EDN foi o V congresso do PCB. Antes da realização do congresso, a direção nacional elaborava as teses que eram repassadas para o conjunto partidário. Essas teses continham um balanço crítico do último período, análises de conjuntura e as definições da estratégia, que o partido mantinha e da tática que o partido passaria a adotar.

Ao receber as teses, todos os militantes poderiam contribuir com críticas, argumentações favoráveis e com as provocações que achassem pertinentes. Os jornais vinculados ao partido tinham a tarefa de socializar essas contribuições.

Uma análise da tribuna de debates do V congresso, socializadas no jornal “Novos Rumos” demonstrou pouca participação das mulheres. Fato notável e denunciado pelas próprias. No entendimento das mulheres, o PCB era o único partido que lutava pela libertação feminina, logo a participação delas deveria ser mais incentivada. Sobre a ausência feminina, a militante Teresa dos Santos diz:

Venho acompanhando os debates e nele tenho visto muito pouco artigo de nossas companheiras, pois sendo o nosso partido o único que luta pela emancipação da mulher brasileira, deveriam dar mais atenção ao trabalho entre as mulheres. (SANTOS, 1960, p. 12)

As mulheres não escolhem estar ausentes dos espaços, como também não podem ser culpabilizadas pela baixa participação. Trata-se do início da década de 1960 em que o ambiente intelectual era, em termos objetivos e subjetivos, distante da realidade das mulheres, sobretudo se tratando de mães trabalhadoras.

Em outra das poucas contribuições intitulada “sempre somos esquecidas”, Isabel Fontoura protesta contra a ausência de menção, nas teses, sobre a condição da mulher e o trabalho feminino. Em

uma provocação bastante corajosa ela critica as direções do partido que insistem em colocar as mulheres em trabalhos secundários.

Sobre a participação das mulheres nestas lutas não dizem absolutamente nada. É lamentável que isso aconteça, pois o PCB é o único partido que luta pela emancipação da mulher. Se ainda são poucas as companheiras que participam da vida política, a culpa cabe ao partido que as coloca em trabalhos secundários. Em todo o país as mulheres tem participado nas lutas reivindicatórias dos trabalhadores. Mas são sempre subestimadas pelos camaradas. (FONTOURA, 1960, p. 17).

Quando acusa os “camaradas” de subestimarem o trabalho das mulheres, ela evidencia o machismo dentro do ambiente da esquerda. Não só a ausência da questão feminina na construção da estratégia, mas também o pouco incentivo da participação feminina na formulação da EDN. Ela também explora o medo das mulheres nos espaços de debate.

Acompanho os debates e ainda não vi nenhuma mulher participando deles. Não encontrei um só camarada que fizesse referências ao trabalho feminino. Isso prova que existe preconceito em relação à mulher no partido. Nós mulheres temos razão em nos sentir atemorizadas de participar em um debate público, pois vivemos num regime burguês onde nossos direitos sofrem uma série de restrições. Aqui faço um apelo a todas as direções do partido para que deem ao trabalho feminino uma assistência mais eficiente, subestimem menos esse trabalho. (FONTOURA, 1960, p. 17)

O sentimento de temor se deve ao fato de que o espaço da direção, da formulação e do debate era, majoritariamente, masculino. O partido, em uma atuação condizente com a narrativa de defensor da libertação feminina, deveria criar as condições para que as mulheres pudessem se envolver nas discussões com as mesmas possibilidades que os homens. Uma boa assistência seria fundamental para lançar luz sobre essas questões.

Ana Montenegro se destacou pelas críticas à ausência da questão feminina nas teses. Em sua contribuição, intitulada “As teses esqueceram o trabalho entre as mulheres”, ela tece uma série de provocações que evidenciam, no geral, a abstração da desigualdade de sexo/gênero por parte do partido, uma vez que já na década de 1960 as mulheres ocupavam todos os ramos de produção e mesmo assim sua participação e suas particularidades em relação aos homens foi desconsiderada.

Poderia dizer-se que os problemas da mulher são os mesmos do homem; precisam das coisas essenciais de que precisam os homens. Seria uma forma muito simples, mas também muito oportunista, de justificar a ausência nas teses ora em debate da situação do elemento feminino na sociedade brasileira e do trabalho entre as várias camadas de mulheres, que representam, numericamente, como já dito, mais da metade dessa mesma sociedade. (MONTENEGRO, 1960, p.15)

O trabalho doméstico e de cuidado engendra uma série de provações para a mulher ocupar os espaços políticos. Por isso as limitações de estudo e as dificuldades de participar do debate. Esses entraves contribuem para a constituição de subjetividades femininas atravessadas de insegurança de fala, de crítica e de autocrítica.

Ela explica o afastamento feminino da política em razão das duplas e triplas jornadas de trabalho. Por essa razão, aparece no artigo da militante a demanda por espaços diferenciados de

militância feminina, que sejam mais acolhedores e que considerem as limitações das rotinas complexas e diferenciadas do proletariado feminino. Elas querem militar, mas o partido precisa oferecer condições para que isso ocorra:

Ao sair para a fábrica, para o escritório, para a escola, para a jornada diária de trabalho fora do lar, a mulher não se livra da jornada diária do pesado trabalho doméstico. Assim, tem condições de vida diferentes, mais difíceis, mais dolorosas do que o homem. E diz-se, então, falsamente, levianamente, que a mulher brasileira tem menos espírito associativo do que o homem. O fato é que a mulher tem menos condições de participar de uma associação, de um sindicato, do que o homem. Logo, a forma de reuni-la, de associá-la, deve ser diferente da usada para o homem, em cuja forma não podem deixar de ser levadas em conta as duas jornadas de trabalho diário. (MONTENEGRO, 1960, p. 17)

Ela tece contribuições críticas não só do ponto de vista teórico, mas também organizativo que deveriam constar nas teses congressuais que respondem diretamente a prática da EDN. Argumenta que o apagamento da condição da mulher e das suas demandas é uma realidade da sociedade capitalista que está sendo reproduzida pelo partido, segundo ela, vanguarda do proletariado.

Na consolidação das leis do trabalho, há um capítulo especial sobre a proteção do trabalho da mulher. Mas as leis são cumpridas? Existem creches? Existem condições de higiene indispensáveis ao trabalho da mulher nas empresas? A maioria nem sabe desses direitos. E não sabem por que as associações de classe não se empenham em esclarecê-las, em procurar formas de organizá-las de acordo com as duas condições particulares, não incluem os seus problemas na ordem do dia das assembleias, por subestimação. Essa subestimação, estranhamente, encontra-se até nas teses apresentadas pela vanguarda do proletariado. Passou essa vanguarda daquela extrema falsidade de colocar o trabalho feminino como fundamental do trabalho de massas ao abandono completo e sem justificação [...]. (MONTENEGRO, 1960, p. 17)

Trazendo a tona alguns comentários a cerca das teses e da ausência do debate de sexo/gênero, o artigo de Ana Montenegro ajuda a identificar como se expressou a secundarização do trabalho e da participação feminina pelo partido. Havia nas teses uma série de polêmicas e minúcias sobre o caráter da revolução, entre outros temas, fato que se explica porque eram questões de grande importância para o partido e receberam o devido espaço.

Da mesma forma, é a desconsideração do trabalho feminino que faz com que o partido “esqueça” a questão das mulheres em suas teses. Muito se debateu sobre a revolução, mas pouco ou nada se falou sobre um dos sujeitos a construir a revolução: o sujeito mulher, mais da metade da população.

Ouvi dizer que as teses estavam muito longas, e a inclusão do trabalho entre as mulheres iria alongá-las ainda mais. E assim, por incrível que pareça, por causa de mais umas laudas de papel foi esquecida mais da metade da população do país. A desculpa é uma das menos aceitáveis que se possa dar e não corresponde à realidade ideológica dos fatos. (MONTENEGRO, 1960, p. 17)

Com base nas denúncias das próprias militantes, pode-se constatar que, do ponto de vista da formulação da estratégia política, as mulheres tiveram pouca participação, limitada a denunciar o

machismo na organização, a falta de assistência e o abandono da análise sobre as necessidades e particularidades da mulher.

No entanto, na resistência aos entraves de sua atuação, as comunistas constituíram instrumentos de agitação e propaganda próprios, como o jornal “O momento feminino”. Uma análise das publicações do jornal revela que as proletárias atuaram organicamente para que a EDN se realizasse para transformar suas vidas e de toda a classe.

O jornal O momento feminino, voltado para a formação das mulheres operárias e do lar, cumpriu uma importante função de propagandar a linha política da estratégia comunista, de um programa democrático e nacional para superar problemas graves do Brasil e permitir posteriormente a transição para o socialismo.

A EDN destacou como tarefas primordiais: a denúncia ao imperialismo, ao latifúndio, a defesa da paz contra as guerras imperialistas e o ataque à soberania dos povos; às reformas que permitissem o desenvolvimento capitalista, a consolidação da democracia e a defesa da soberania para a proteção das riquezas do país.

Ao analisar publicações do jornal, verifica-se essa linha muito bem definida e aplicada a partir das questões mais centrais para a luta das mulheres naquele período. O entendimento de que o programa democrático deveria unificar todas as frações de classe, inclusive a burguesia nacional é refletida no jornal, quando defende a linha de união de todas as mulheres em busca de um bem comum.

A dona de casa já vai adquirindo a consciência de que deve formar, com todas as outras mulheres, uma frente única de combate à crise, a falta de habitações e transportes, ao câmbio negro, às filas, à sonegação dos gêneros de primeira necessidade; uma frente única para a conquista de um mundo melhor para sua família, de um futuro mais digno para suas crianças. (O MOMENTO FEMININO [...], 1947, p. 09)

A concepção que tiveram os/as comunistas, de unidade de todos contra o imperialismo, colocou na ordem do dia a unidade, independente de classe: “Nosso lema deve ser a união ampla, união de todas as mulheres, união infinitamente concebida, para que a nossa voz ultrapasse as fronteiras de nossa pátria e seja recebida com a mesma ternura pelas mulheres do mundo inteiro numa consagração universal de um ideal comum” (O MOMENTO FEMININO [...], 1947).

Outro problema profundo estava relacionado às relações de produção e a base econômica brasileira, como já discutido. Pela condição de dependência, o Brasil se inseria nas relações capitalistas como exportador (matérias primas, commodities, etc), voltando sua produção para o comércio exterior em detrimento do mercado interno.

A concentração de terras e a precariedade de vida e trabalho no campo eram partes desse problema. Em decorrência, ocorria constantemente escassez de gêneros alimentícios básicos, como a banha, e a alta de preços dos alimentos. As demandas que envolviam alimentos, fome e alta de preços foram mobilizadoras das mulheres:

No que concerne aos meios de subsistência, aos gêneros alimentícios cada vez mais escassos, à carestia de vida, aí repousa a maior preocupação das mulheres; aí está o ponto culminante de sua luta organizada, porque todas compreendemos que é preciso vencer esta calamitosa transição por que o país atravessa e não se conquistam vitórias sem união, sem tenacidade, sem esperanças e convicção. (O MOMENTO FEMININO [...], 1947, p. 02)

O cerne do problema da escassez de alimentos, da carestia e da fome poderiam ser resolvidos com reformas importantes para a vida econômica e política do país, como a reforma agrária:

[...] - Se o governo eliminar os açambarcadores - fala, agora, a vereadora Mochel - se ampliar o mercado interno e os meios de transporte e facilitar os meios de incremento à produção, tais como distribuição de terras a quem as queira lavrar, é claro que a questão do abastecimento rumo para uma solução rápida”. (O MOMENTO FEMININO [...], 1947, p. 06)

Em razão da luta pela reforma agrária, as organizações femininas também denunciaram a situação da mulher camponesa. De acordo com o jornal, na década de 1950 a população do campo era mais de 60% da população total do país, e vivia em condições de fome, morte e descaso.

Nos campos e nas fazendas, a mulher vive ainda em condições primárias, no duro trabalho de sol a sol, no desconhecimento do uso de calçados, morando em choupanas miseráveis, mantida numa total ignorância, muitas vezes sem saber sequer o que se passa na cidade mais próxima. Seus filhos nascem sem a menor assistência, crescem sem escolas, comendo raízes e rapadura e morrem de verminose, malária e outras doenças (O MOMENTO FEMININO [...], 1947, p. 09)

Outro ponto que mobilizou a luta das mulheres, inclusive internacional pela FDIM, foi a defesa da paz, da democracia, contra as guerras e ataque à soberania dos povos. As Federações e associações filiadas à FMB organizaram inúmeras atividades, campanhas e mobilizações pautando estas demandas. No âmbito internacional, a FMB participou das Conferências e conselhos da FDIM que impulsionava, a nível mundial, essas lutas. Nair Batista, delegada da FMB no II Congresso Internacional de Mulheres, diz:

Dirijo às autoridades brasileiras a seguinte advertência: ‘o imperialismo não tem pátria e não tem entranhas’. As cidades em ruínas, a brutal exploração dos povos, a fome e a corrupção são aspectos de um mesmo drama, que começa nos escritórios dos grandes capitalistas e termina nos cemitérios de todo o mundo, no cemitério de Pistóia ... e é por isso que quero terminar, repetindo as resoluções tomadas por unanimidade no II Congresso Internacional de Mulheres: ‘combatemos cada vez com mais coragem, com mais intensidade pela paz, pela democracia, pela segurança e independência dos povos, pela felicidade de nossos filhos e de nossos lares. (O MOMENTO FEMININO [...], 1947, p. 04)

Várias organizações foram constituídas em todo o Brasil, tendo a paz e a democracia como demandas mobilizadoras. Nas décadas abordadas neste artigo, sobretudo de 1935 ao golpe de 1964, havia uma intensa perseguição dos/as militantes operários/as e comunistas, sobretudo. A manchete seguinte é uma das muitas notícias sobre criação de novas organizações femininas para a defesa da paz:

Foi fundada em Mustardinha (Pernambuco) uma associação feminina que se batizou com o nome da heroína brasileira Zélia Magalhães, assassinada pela polícia no comício da Esplanada do Castelo. Esta organização feminina se propôs a lutar

contra a lei de segurança, pela paz e pelas liberdades democráticas. Constitui pois uma bela resposta aos que pensam intimidar com violências o povo. (O MOMENTO FEMININO [...], 1947, p. 24)

Na década de 1950 se intensificou o alinhamento do governo do Brasil aos EUA contra o campo socialista hegemônico pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS. Os soviéticos representavam a defesa da paz mundial, por isso, mesmo com todo o anticomunismo agitado pelas forças reacionárias, as mulheres das organizações buscaram saudar e propagandear a luta dos soviéticos pela paz:

Os povos da União Soviética estão na vanguarda da luta pela paz, a democracia e o socialismo. Nessa luta, cabe às mulheres soviéticas um papel honroso. Elas provaram mais de uma vez sua vontade firme de lutar com as mulheres do mundo inteiro por defender resolutamente a paz. As grandes vitórias do campo democrático animam as mulheres progressistas de todos os países em sua luta decisiva contra os fatores de guerra. Os trabalhadores da União Soviética, os primeiros e os maiores defensores da paz no mundo inteiro, alcançaram enormes êxitos no fortalecimento econômico de sua pátria e no crescimento contínuo do bem-estar do seu povo. (O MOMENTO FEMININO [...], 1947, p. 07)

O combate à fome, por assistência médica nas cidades e no campo, pelas reformas que viabilizassem o progresso nacional, pelos alimentos, democracia, pela unidade e pela paz. Essas foram as demandas mobilizadoras da organização política das mulheres, refletindo as tarefas políticas defendidas pela EDN.

Nessas décadas as mulheres lutaram, tornaram-se agitadoras, organizadoras, propagandistas, recrutadoras, dirigentes nas organizações de base. Não ocuparam altos cargos nas direções das organizações, reflexos do machismo estrutural que dificulta a entrada das mulheres nos espaços de decisão, mas é um equívoco desconsiderar o intenso trabalho das mulheres nas bases e na construção prática da estratégia do PCB.

Todo o trabalho político- organizativo, seja nas bases ou nos espaços de direção é de considerável valor, portanto, cabe às mulheres lutarem para atuar valorosamente nesses espaços, assim como cabe às organizações o trabalho de formação de quadros femininos e o comprometimento em tornar esses espaços livres de machismo e qualquer outra forma de opressão.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi o de resgatar a participação política das mulheres proletárias na vigência da EDN. Verifica-se certo apagamento das memórias referentes à atuação política das mulheres trabalhadoras. Uma das razões para este fato (além do próprio machismo que visa apagar a participação das mulheres na história), é que esse trabalho foi impulsionado pelo movimento comunista.

Os movimentos sociais, mesmo que não vinculados diretamente a partidos políticos sempre se apropriam de uma determinada leitura da realidade e sempre se norteiam por uma estratégia

produzida por esses instrumentos. Não existe vácuo na política. Toda produção de conhecimento é coletiva.

O movimento de mulheres, assim como é amplamente disputado por vários interesses e várias linhas teórico-políticas, também amadurece. As mulheres de hoje, feministas, são bastante diferentes das mulheres das décadas de 1940 e 1950. Mas o movimento é enriquecido porque se apropria de formulações e das lutas das mulheres que vieram anteriormente.

Hoje, a luta das mulheres incorpora amplíssimas demandas, relativas à condição de raça, etnia, a liberdade de orientação sexual, identidade de gênero, autonomia sobre o corpo, maternidade, métodos contraceptivos e ao questionamento do papel social da família na sociedade de classes. Mesmo que as mulheres do passado não agitassem massivamente essas questões, é um equívoco pensar que não refletiam sobre elas. As demandas são historicamente produzidas e se complexificam, também historicamente.

Referências

- ALVES, Iracélli da Cruz. **A POLÍTICA NO FEMININO: Uma História das Mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)**. 2015. 240f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.
- ALVES, Iracélli da Cruz. Nise Figueiredo, Momento Feminino e o Debate Feminista no Brasil. **SAECULUM - REVISTA DE HISTÓRIA**, João Pessoa, v-40, p. 265-288, jan. 2019.
- BRAZ, Marcelo. **Partido e Revolução -1848 -1989**. Expressão Popular: São Paulo, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005. p. 201-232.
- DECLARAÇÃO sobre a política do Partido Comunista do Brasil. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, n. 459, 22 mar. 1958 . Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/154512/per154512_1958_00459.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.
- FERREIRA, Brasília Carlos (org). **Lauro Reginaldo da Rocha, Bangu: memórias de um militante**. Natal: EDUFERN, 2019.
- FONTOURA, Isabel M. Sempre somos esquecidas. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, ed. 751, 15 a 21 jul. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/122831/976>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Uma falsificação e vários erros crassos na questão das etapas. **Novos Rumos**, ed. 75, ago. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/122831/1032>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (org.). **A Estratégia Democrático Popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. 5ªed. São Paulo: Editora Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1963.

- MARINI, Ruy, Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6ª.ed. Florianópolis: Insular, 2017.
- MONTENEGRO, Ana. **Ser ou Não ser Feminista**. Recife: Guararapes, 1981.
- MONTENEGRO, Ana. **Mulheres - Participação nas Lutas Populares**. Salvador: M&S, 1985.
- O MOMENTO FEMININO: um jornal para o seu lar. Rio de Janeiro: ano 01, ed. 00001, 25 jul. 1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/118800/per118800_1947_00001.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.
- PEREIRA, Astrojildo. **Saída para a situação brasileira**. In: PERICÁZ, Luis Bernardo (Org.) Caminhos da revolução brasileira. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p.137-138.
- PERICÁS, Luiz Bernardo (org). **Caminhos da Revolução Brasileira**. - 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- PRADO JR., Caio. As Teses e a Revolução Brasileira (VII). **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, ed. 00073, 22 a 28 jul. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=122831&pagfis=992>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- PRADO JR, Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos Sobre a Revolução Brasileira**. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, Teresa dos. Opinião da mulher sobre as teses. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, ed. 75, ago. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/122831/1031>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- SILVA, Raquel Oliveira. **O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945- 1947)**. 2012. 134f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. 2ª.ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1963.
- TIBIRIÇA, Alice. As mulheres organizadas a serviço do Brasil e da humanidade. **O Momento Feminino**: o jornal para o seu lar, ano 47, Edição 00003, 08 ago. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/118800/35>. Acesso em: 05 ago. 2023.

¹ Graduada e mestre em Serviço Social pela UFRN. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos - GEPTED. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9482109124504548>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6312-6054>. Email: patriciacarlact@hotmail.com.

² Chamado Partido Comunista do Brasil na época em questão.

³ O Momento Feminino: um jornal para seu lar” foi dirigido pelas comunistas do PCB embora tivesse muitas colaboradoras de fora. Como o próprio nome diz, foi um jornal voltado para a trabalhadora, mãe de família. Nele era publicado receitas, poesias, ilustrações, notas de aniversário e casamento, dicas de cuidados com a casa, os filhos, questões relacionadas à mulher e sua luta e artigos para a formação política. Críticas ao imperialismo, ao latifúndio, à carestia eram discutidos de forma classista e de fácil compreensão (ALVES, 2019).

⁴ Novos Rumos faz referência direta à nova linha política adotada pelo PCB, expressa na declaração de março de 1958. O jornal nasce nesse contexto, no RJ em 1959 e passa a ser órgão semi-oficial do partido (FERREIRA, 2011).

⁵ Tanto o ISEB quanto a CEPAL contribuíram e incentivaram na discussão sobre a revolução brasileira como caminho para o desenvolvimento nacional. De acordo com Bresser-Pereira (2005) atribuíam o subdesenvolvimento da região não apenas ao atraso decorrente da colonização mercantil da América Latina, mas também aos interesses do centro imperial em manter os países em desenvolvimento produzindo bens primários, e entendiam que o desenvolvimento deveria ser fruto de uma estratégia nacional definida com a participação das burguesias nacionais e dos técnicos do Estado.

⁶ A Internacional Comunista categorizou os países e seus respectivos caminhos revolucionários. Ver Marcelo Braz (2011).

⁷ No período de 1946 a 1964, o PCB representou a principal força da esquerda de inspiração marxista (a sigla correspondeu a Partido Comunista do Brasil até 1961 e, daí em diante, a Partido Comunista Brasileiro). Dispunha de quadros experientes e completamente dedicados ao trabalho partidário, sua radicação no movimento operário era sólida e muito mais importante do que a das outras correntes [...].(GORENDER, 2014).

⁸ Segundo Prestes (2012) com algumas mudanças na tática. esta foi a estratégia defendida pelo PCB até posteriormente ao golpe de 1964 quando se desencadearam novas e profundas crises internas no partido. Essa classificação seria uma influência das ideias de Mao Tse-tung que ganharam maior espaço logo após o XX congresso do PCUS. Essa concepção anti-dialética do líder chinês favorecia a separação e a hierarquização das contradições existentes entre as classes.

⁹ Segundo Gorender (2014) esses militantes tensionavam pelo alinhamento com o stalinismo e pela defesa da violência revolucionária. Posteriormente fundam o PC do B, de orientação maoista.

¹⁰ Na cidade de Mossoró - RN, a UFB contou com a militância de Amélia Reginaldo, que foi dirigente comunista e participou ativamente da revolução de 1935 em Natal. Uma de suas tarefas era recrutar mulheres para a UFB.

¹¹ A produção teórica sobre a condição feminina era difícil, o que não significa que não existiu. De acordo com Alves (2015) um exemplo dessa produção foram as contribuições que a escritora feminista e comunista Alina Paim deu sobre a questão da mulher, demonstrando que a opressão feminina não poderia ser apenas explicada pela condição de classe.

Recebido em: 08 de set. 2023

Aprovado em: 06 de fev. 2024